

IMPLANTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA PERSPECTIVA COLABORATIVA

Grazielly Costa Coutinho ¹
Marcia Moreira da Silva ²
Marinalva Fontes Henrique ³
Gisela Farias de Figueiredo Melo ⁴
Izaura Maria de Andrade da Silva ⁵

Resumo

Esta ação busca promover o trabalho colaborativo, envolvendo professores da sala comum, professores especializados, gestores e extensionistas na elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) voltado para estudantes da educação especial. Abordamos sobre a eficiência do trabalho pedagógico colaborativo, em pensar e elaborar planos educacionais para atender as especificidades dos estudantes com deficiência que não acompanham a turma regular. O trabalho está fundamentado em autores como Valadão,(2013), Zerbato e Mendes (2021), Rodrigues Santos(2023). Para dar início ao trabalho, realizamos uma visita à escola da prefeitura de João Pessoa, na qual nos reunimos com a gestão, professores e coordenadores para apresentar o projeto. Nos dias seguintes fomos à escola para observar o horário de aula regular das crianças escolhidas para participar deste projeto, realizamos anotações sobre o que é relevante para a elaboração de planos pedagógicos colaborativos e nas seguintes semanas realizamos a observação na sala de atendimento educacional especializado, como também estudamos as anamneses e relatórios dos estudantes selecionados. Com base nas informações levantadas constatamos que o livro didático é principal recurso utilizado na sala de aula. Ele parece estruturar as atividades da aula e a dinâmica do grupo. Isso mostrou a necessidade dos estudantes com deficiência que não acompanham o livro da turma, ter um livro/ encadernação articulado ao conteúdo da aula, mas, que atenda às suas especificidades de aprendizagem. A metodologia do trabalho é colaborativa, na busca de elaborar adequações curriculares que contribuam para a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Trabalho colaborativo, Estudante com deficiência, Plano Educacional Individualizado

Introdução

A legislação brasileira garante tanto o acesso, como a permanência e a participação de estudantes com deficiência na escola regular (Brasil,2009, 2015, 2025). Os direitos garantidos na legislação referente à educação da pessoa com deficiência se traduzem, em grande parte, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (2008). Os estudos apontam também o quanto ainda há o que se fazer nos planos teóricos, pedagógicos, políticos e práticos para que a PNEEPEI saia das intenções à realidade, a fim de se garantir o direito à Educação das pessoas com deficiência (Camargo, 2022).



Para atender as necessidades individuais dos educandos com deficiência é preciso considerar o estabelecimento de redes de apoio. O desenvolvimento das redes de apoio tem sido estudado e recomendado na literatura do campo da educação especial, “são entendidas como um conjunto de organizações ou profissionais que prestam serviços sincronizados e em colaboração com educadores, com a finalidade de apoiar a escolarização de estudantes com deficiência em classes regulares” (Camargo, 2022, pg. 33). Entre esses serviços temos consultoria colaborativa, serviço itinerante, ensino colaborativo (ou coensino), ensino diferenciado e a sala de recurso multifuncional que é o mais presente, por ser ‘carro chefe’ da PNEEPEI. Esses serviços devem ser oferecidos para todos os níveis e modalidades de ensino. No âmbito desses serviços deve ser elaborado e aplicado pelo professor da sala de aula comum com o apoio do professor especializado o Plano Educacional Individualizado (PEI).

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) configura-se como uma metodologia fundamentada no trabalho colaborativo, demandando a participação ativa dos docentes da sala de ensino regular, do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dos familiares, de profissionais da saúde e, sempre que possível, do próprio estudante. Seu foco central reside na trajetória escolar do estudante com deficiência, visando à construção de práticas pedagógicas alinhadas às suas necessidades específicas.

O PEI deve contemplar objetivos de aprendizagem que abarque as dimensões acadêmica, social e comportamental, sendo esses objetivos delineados com base na série escolar, faixa etária, grau de desenvolvimento, estado atual de habilidades e conhecimentos prévios do estudante. A elaboração do planejamento deve considerar metas em curto, médio e longo prazos, bem como prever mecanismos de avaliação contínua do progresso do aluno (SILVA; CAMARGO, 2021).

O PEI deve ser um plano escrito, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de serviços demandados por um estudante para ajudar no processo de aprendizagem. É um documento norteador do trabalho educacional que identifica como a expectativa de aprendizagem pode ser alterada, considerando as necessidades do estudante e o currículo padrão. É um instrumento que permite prestar conta de todo o percurso escolar desse estudante para todos que têm responsabilidade sobre ele. (Tannus Valadão, 2013)



O Planejamento educacional individualizado é um recurso/estratégia consolidado na prática em vários países da Europa e dos EUA. No entanto, para realidade brasileira ainda é recente, fazendo se necessário o estudo e o apoio a professores que atuam com o público-alvo da educação especial.

A literatura aponta que políticas de inclusão escolar devem priorizar estratégias universalistas para melhorar o ensino de todos, sem excluir a necessidade de planejamentos individualizados, como o PEI, para estudantes da Educação Especial. Isso é essencial quando as habilidades demandadas vão além do currículo comum, há grande defasagem de aprendizagem ou os suportes já oferecidos não garantem participação e progresso do estudante. (Rodrigues Santos, 2023)

Expostos os principais conceitos que norteiam esse trabalho, é importante destacar que essa ação de extensão foi desenvolvido em uma escola pública do município de João Pessoa. A proposta teve como objetivo promover o trabalho colaborativo, envolvendo professores da sala comum, professores especializados, gestores e extensionistas na elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com deficiência que não acompanham o ritmo da turma.

A escola municipal localizada no município de João Pessoa, configura-se como uma instituição de ensino da educação básica, ofertando as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental dos anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, a unidade escolar atende a 16 turmas, incluindo 64 estudantes do público-alvo da Educação Especial.

No momento, a escola encontra-se em fase inicial de implantação do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), instrumento essencial para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Observou-se, no contexto institucional, a presença de lacunas formativas entre professores e gestores no que se refere à elaboração, execução e acompanhamento do PEI. Essa realidade evidencia a necessidade de ações formativas e de suporte técnico-pedagógico que favoreçam a consolidação de práticas educacionais inclusivas, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

Metodologia



Para o início das atividades do projeto, foi realizada uma visita institucional à escola da rede municipal de João Pessoa, com o objetivo de apresentar a proposta à equipe gestora, aos professores e aos coordenadores pedagógicos. Esse momento inicial visou ao alinhamento das expectativas e ao estabelecimento de um diálogo colaborativo entre os envolvidos.

Nos dias subsequentes, retornamos à escola para observar as aulas do ensino regular, com foco nas seis crianças previamente selecionadas para participar da iniciativa. Durante essas observações, foram registradas anotações relevantes para subsidiar a elaboração de planos pedagógicos colaborativos, com base nas necessidades e potencialidades identificadas.

Nas semanas seguintes, foram realizadas observações sistemáticas na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a fim de compreender a dinâmica desse espaço e sua articulação com o ensino comum. Paralelamente, foram analisadas as anamneses e os relatórios pedagógicos dos estudantes selecionados, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre suas trajetórias educacionais, suas especificidades e os encaminhamentos pedagógicos já realizados.

Após a realização do estudo de caso das seis crianças selecionadas, foram promovidos momentos de diálogo com os professores responsáveis, com o objetivo de discutir a organização de atividades pedagógicas adaptadas. Essas atividades foram planejadas de modo a atender às necessidades específicas de cada estudante, garantindo, simultaneamente, sua articulação com os conteúdos curriculares desenvolvidos nas turmas de origem. A proposta buscou assegurar a participação efetiva dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, em consonância com os princípios da educação inclusiva e por fim realizamos uma avaliação com todos os envolvidos com o projeto via questionário do google forms .

Resultado e discussões

Como resultado inicial do trabalho destacamos um quadro com informações dos estudantes com deficiência, beneficiários do projeto de extensão.



NOME	D/N	SÉRIE	LAUDO
Estudante 1	20/09/2018	1º ano C	F84.0 – Autismo infantil
Estudante 2	18/01/2018 -	2º ANO B	F84.0 – Autismo infantil
			11 6A02.2 - Transtorno do Espectro do Autismo sem Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com linguagem funcional prejudicada
Estudante 3	08/06/2011	4º ANO B	F70 – Deficiência intelectual leve
			R56.8 – Outras convulsões e as não especificadas
Estudante 4	28/01/2014	4º ANO C	G82.1 – Paraplegia espástica
			P21.9 – Asfíxia ao nascer, não especificada
Estudante 5	23/01/2016 -	4º ANO C	F84.0 – Autismo infantil



Estudante 6	18/06/2012	5º ANO C	F90.0 – Distúrbios da atividade e da atenção (TDAH)
			F84.0 – Autismo infantil

Dos seis estudantes, quatro são do sexo masculino e dois feminino. Quatro foram identificados com autismo infantil, sendo 1 desses associados a outras comorbidades, Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. 1 com deficiência intelectual associado com convulsões não especificadas e 1 com paraplegia espática. 1 está alocado no primeiro ano, 1 no segundo ano, 3 no quarto ano e 1 no quinto ano. A maior parte dos estudantes ainda não foi alfabetizada, o que demanda um esforço de flexibilização curricular para atender as suas necessidades acadêmicas

No contexto da escola municipal de João Pessoa, identificamos diversos aspectos positivos que contribuíram significativamente para a implementação do projeto. Dentre eles, destaca-se o ambiente acolhedor, acessível e climatizado, bem como o comprometimento da equipe docente, da gestão e dos profissionais especialistas com o processo de inclusão escolar. Observou-se, ainda, uma postura aberta à inovação e à mudança por parte desses profissionais, o que favoreceu o desenvolvimento de ações colaborativas. Merecem destaque, igualmente, a presença e a formação continuada dos profissionais de apoio, o acompanhamento sistemático realizado pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além do envolvimento dos docentes do ensino regular na produção e adaptação de materiais pedagógicos.

No decorrer das ações do projeto, também foram identificados desafios relevantes. Constatou-se que os estudantes com deficiência apresentavam baixos níveis de interação com os demais colegas na sala regular, revelando uma participação limitada nas dinâmicas pedagógicas da turma. Tal dificuldade foi acentuada pela ausência do uso do livro didático — recurso central na organização das aulas — por esses estudantes, o que resultava na realização de atividades paralelas e, muitas vezes, descontextualizadas dos conteúdos trabalhados com o restante da turma.

Esses desafios foram reinterpretados como metas do projeto, orientando a elaboração de estratégias mais inclusivas e coerentes com o princípio da equidade



educacional.

A avaliação do projeto evidenciou diversos impactos sociais positivos no ambiente escolar. Um dos principais avanços foi o fortalecimento da interação entre professores da sala regular e a equipe da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa aproximação permitiu a troca de experiências e a busca conjunta de estratégias mais eficazes para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Esse movimento colaborativo fortaleceu o trabalho em equipe entre professores, docentes do AEE, equipe pedagógica e famílias, promovendo uma cultura escolar mais inclusiva e comprometida com o desenvolvimento de todos.

Além disso, a implementação de atividades adaptadas mostrou-se significativa para o desenvolvimento global e a aprendizagem dos educandos. Essas ações contribuíram para a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e responsivos às particularidades de cada estudante.

CONCLUSÕES

Assim, o presente projeto se configura como uma ação estratégica e responsiva às demandas identificadas na escola, buscando contribuir com a qualificação do trabalho docente e da gestão escolar, sobretudo no tocante à implementação do PEI. Não foram atingidos ainda os objetivos propostos, contudo avançamos no processo de trabalho colaborativo, para futuramente, com a continuidade do projeto contribuir para que o plano educacional individualizado seja realmente um documento norteador da prática pedagógica.

Uma sociedade verdadeiramente democrática só se concretiza quando assegura a todos o acesso a uma educação de qualidade. A escola desempenha papel central nesse processo, porém, diversos obstáculos ainda dificultam a efetivação da inclusão, especialmente no caso dos estudantes com deficiência. Entre os principais desafios estão o grande número de estudantes por turma, a ausência de tempo para planejamento conjunto, a limitação de tempo para preparação de materiais pedagógicos, as exigências burocráticas excessivas e o currículo engessado. Esses fatores impedem a plena participação e aprendizagem desses estudantes.



Para transformar essa realidade, é fundamental inovar nas estratégias pedagógicas e nas formas de interação no ambiente escolar, investindo em abordagens interdisciplinares e no trabalho cooperativo. A superação das barreiras para a inclusão depende de ações integradas e criativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

BRASIL/MEC **DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm Acesso em 29/10/2026

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** 4. ed., rev. e atual. – Brasília, 2011b. Disponível em: <https://sisapidoso.iciet.fiocruz.br/sites/sisapidoso.iciet.fiocruz.br/files/convencaopesoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024

CALHEIROS, David dos Santos. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades.** 2019. Tese (Doutorado em Educação



Especial) –Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2019. 204 f

CAMARGO, Laureen L. **Serviços de apoio na educação física escolar: Atuação do professor especialista em Educação Física Adaptada.**2022. 213 f. Tese de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2022.

SILVA, Maria do Carmo L. **Culturas colaborativas e inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola,** 2020. 282f Tese de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2020

SILVA, G. L.; CAMARGO, S. P. H. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 34, p. e49/1–23, 2021. DOI: 10.5902/1984686X66509. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/66509>. Acesso em: 21 abr. 2024.

RODRIGUES SANTOS, Jessica. **Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com deficiência:** um protocolo para utilização nas instituições de ensino. (Tese) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado:** avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2013. (Tese) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

